



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO: BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

ISADORA ENÉAS MAIA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS
MULHERES DA ESTRADA VELHA EM ACARAPE – CE.**

Redenção – CE

2020

ISADORA ENÉAS MAIA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS
MULHERES DA ESTRADA VELHA.**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior.

Redenção – CE

2020

ISADORA ENÉAS MAIA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS
MULHERES DA ESTRADA VELHA.**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior.

Redenção, ____ de janeiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dra. Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dra. Jacqueline da Silva Costa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Redenção – CE
2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	9
2.1 Objetivos gerais	9
2.2 Objetivos específicos	9
3. JUSTIFICATIVA	10
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
4.1 Situando a desigualdade de gênero	12
4.2. As relações de gênero em regiões interioranas	14
4.3. Impactos da desigualdade de gênero na vida das mulheres	16
5. MÉTODOS	20
5.1. Tipo de método	20
5.2. Técnicas	20
5.3. Local da realização da pesquisa	23
5.4. Descrição dos participantes	25
5.5. Procedimentos	25
5.6. Análises	26
5.7. Considerações éticas	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
7. REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, mesmo depois de tantas lutas e quebra de padrões, um número elevado de mulheres vive na sociedade um papel submisso. O patriarcado ainda está muito enraizado em nossa cultura, promovendo então a desigualdade de gênero, que é realidade tanto no Brasil, como no mundo. Desequilíbrio salarial, violência, inferioridade, naturalização do padrão em que a mulher ser responsável pelo lar e pelos filhos são apenas algumas das inúmeras injustiças que sofremos cotidianamente.

O patriarcado, que se trata do padrão que mantém a autoridade masculina, com toda sua ideologia de opressão e subordinação, é uma das formas que mais tem influenciado para a construção que a desigualdade entre os gêneros ao longo da história.

“Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos homens. A subordinação feminina é pensada como algo que varia de acordo com a época histórica e o lugar. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos. Nesse sentido, se aproximam das formulações de Margaret Mead no que se refere à variação dos papéis desempenhados pelas mulheres, mas se distanciam dessa autora ao considerar que elas sempre e em todo lugar são atingidas por uma subordinação que, embora adquirindo matizes diferenciados, as coloca em situações de desigualdade (PISCITELLI, 2019, p.133)”.

No Brasil, no contexto em que vivemos, após o golpe de uma candidatura legítima da primeira presidenta mulher do Brasil, os índices sobre as mais diversas formas de violência contra a mulher são assustadores. Esse padrão de que a figura feminina é vista como propriedade, está gerando diversos casos de feminicídio em todas as áreas do país. Trata-se dos homicídios contra a mulher por sua condição feminina. Gera uma indignação por vê-las sendo mortas pelo simples fato de serem mulheres. Apesar de toda a luta feminista ao longo das décadas, a meu ver, para haver igualdade entre os gêneros ainda há um caminho longo e muito árduo a ser seguido.

A situação torna-se ainda mais precária ao analisar que mulheres de regiões interioranas e periféricas estão ainda mais sujeitas a essa desigualdade em suas vidas, por sofrerem também com as desigualdades sociais. O acesso à trabalho remunerado se torna mais precário comparado aos homens, gerando então uma falta de autonomia financeira, que resulta na dependência ao cônjuge, na maioria das vezes, à uma figura masculina, ocasionando então, a obrigação da mulher de cuidar do lar. Esse é apenas um exemplo das várias situações que podem ocorrer devido ao fato de as estruturas do patriarcado serem ainda mais fortes em regiões do interior.

O tema surgiu devido o meu interesse de tratar sobre a questão de gênero, que tem uma grande importância no contexto atual da sociedade, onde é vivenciada uma realidade bem desproporcional quando nos referimos aos modos de vida do homem e da mulher. Pretendo me aprofundar em uma linha de pesquisa que analisará o reflexo da desigualdade na vida de mulheres de uma região interiorana e periférica, onde as condições são ainda mais precárias.

Através das minhas vivências como extensionista pela reaPODERE - Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências, projeto de extensão vinculado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, atuando semanalmente na comunidade de Estrada Velha, localizada em Acarape – CE, tenho notado a presença das mais diversas desigualdades sociais no espaço. E a questão que mais me chamou a atenção foi o desequilíbrio e a diferença a respeito das ações das mulheres em relação à dos homens no cotidiano dos moradores que residem no local.

Diante disso, esse projeto pretende abordar a desigualdade de gênero presente na comunidade de Estrada Velha, e as formas que as mulheres resistem a esses padrões impostos na sociedade, que impossibilitam os dois gêneros de exercerem as mesmas atividades, sejam domésticas, cuidar dos filhos, estudar ou trabalhar tendo o mesmo reconhecimento que os homens. Assim, procuro entender um pouco mais, como é o dia-a-dia dessas moradoras, que em sua grande maioria dedicam a vida a cuidar dos filhos, do lar, e em alguns casos, do parceiro.

Partindo da problemática da comunidade, onde as famílias sofrem com a vulnerabilidade social, esquecimento e estigmatização por parte do poder público e da sociedade, é notório o quanto é difícil viver com todos esses aspectos interferindo dia após dia na vida dessas pessoas. Nos meus dias presentes nesse espaço, me deparei com situações extremamente difíceis, como: abastecimento precário de água

potável, fornecimento de energia elétrica feito de forma irregular, a alimentação muitas vezes não supre as necessidades da família e a falta de saneamento básico no espaço. São fatores que nos mostram o quanto a ausência de políticas públicas e assistência social direcionadas a Estrada Velha, contribuem para a realidade vivida pelos moradores do local.

“Entre os grandes desafios, estão os limites dos programas sociais propostos pelo poder público e, muitas vezes, executados pelas Organizações Não-Governamentais, as dificuldades que os agentes externos encontram para desenvolver um trabalho que leve ao fortalecimento da comunidade, bem como a ausência de referenciais teóricos e metodológicos que fundamentem suas práticas.” (ANSARA; Dantas, 2010, p.96)

Abordar um assunto tão delicado é bem desafiador, ao longo do processo de inserção em campo, foi bem comum ter me sentido afetada com as situações que os moradores da região enfrentam cotidianamente. Frequentemente, os extensionistas se sentem ineficazes com a vulnerabilidade que encaramos ao adentrar o contexto do local. Na perspectiva de Ansara e Dantas em seu curso realizando intervenção psicossocial nas comunidades onde atuam é possível notar:

“Em seus relatos profissionais, ficam evidentes os sentimentos de impotência e insegurança frente aos desafios que o cotidiano e as demandas das comunidades assistidas pelos programas governamentais lhes impõem. (ANSARA; Dantas, 2010, p. 96)”.

Ao longo das minhas experiências vividas como extensionista na Estrada Velha, pude notar os mais diversos casos a respeito das vidas das moradoras. De acordo com a minha análise do contexto do local, junto com materiais que a rede possui desde o período de inserção em campo, como por exemplo: questionários aplicados para perceber a demanda da comunidade, respondidos na maioria das vezes por mulheres, foram de grande importância para a apuração de dados que realizei a respeito da desproporção que prevalece na realidade dessas pessoas. Foi marcante a presença da desigualdade de gênero nos relatos, através de informações coletadas nos questionários como: dados pessoais, a composição das famílias, renda, trabalho e acesso à educação. Foram o suficiente para me fazer notar a desproporção

presente ali, relacionando os modos de vida da mulher e do homem, sendo então o pontapé inicial para o meu projeto de pesquisa.

“Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997, p.41)”.

Baseada em uma visão geral da comunidade, é notório que a população é em sua maioria, negra, e de acordo com esse fato, com as vivências e os relatos, ficou evidente que as mulheres daquela comunidade, enfrentam todos esses obstáculos diários, devido uma série de fatores que estão ao redor da desigualdade. É válido ressaltar, que além do gênero, a questão social e racial também influencia muito nesse aspecto, tornando ainda mais árduo o processo de inserção nos padrões.

"A maior desigualdade considerando todos os aspectos sociais econômicos é entre a mulher negra, residente na zona rural do Nordeste e o homem branco, residente na área urbana dos Estados mais desenvolvidos do centro-sul do país (SILVA, 2014)”.

Diante de todo o contexto vivenciado pelas mulheres da Estrada Velha, é de extrema importância compreender como convivem com os padrões que às menosprezam e silenciam na sociedade. Pretendo também abordar as formas de resistências e suas lutas diárias. A força e a humildade das moradoras da comunidade me inspiraram a explicar esse tema.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivos gerais

- Analisar as formas de resistência das mulheres da Estrada Velha em Acarape – CE, em relação à desigualdade de gênero no cotidiano.

2.2. Objetivos específicos

- Compreender as relações de gênero na comunidade.
- Descrever as vivências das mulheres e a forma que enfrentam os padrões conservadores.
- Investigar as resistências desenvolvidas pelas mulheres da comunidade contra as desigualdades de gênero.

3. JUSTIFICATIVA

Ao longo da minha trajetória atuando como extensionista na comunidade da Estrada Velha, me aprofundar e aprender mais sobre o cotidiano daquelas mulheres, sempre foi meu interesse desde os primeiros dias me inserindo em campo. Ao meu ver, elas são sinônimo de força, pois muitas criam seus filhos sozinhas, enquanto algumas tem a autonomia de sair da comunidade para trabalhar, e outras vivem a submissão em relação ao marido. Porém há algo em comum entre todas, as histórias de vida inspiradoras.

A comunidade em geral vive uma realidade bem difícil. Uma localidade interiorana e periférica, que sofre com diversos aspectos que afetam diretamente a vida de cada um, as condições precárias fazem parte do cotidiano dos moradores. A falta de água potável é um problema unanime principalmente no período da seca e a situação se torna mais delicada ainda com o fato de muitas casas não possuírem pelo menos água encanada. O fornecimento de energia na comunidade também é muito precário, assim como o esgoto a céu aberto presente no local por ausência de saneamento básico.

A Estrada Velha sofre uma grande invisibilidade por parte do poder público, que não inclui a comunidade nos projetos da prefeitura. Há uma grande estigmatização partindo até mesmo da sociedade, que associa o contexto do local à um lugar perigoso e violento. Apesar dos diversos casos, pelo fato de estar me inserindo cotidianamente no local, pude notar que a realidade não condiz com a visão que a sociedade tem da periferia. Trata-se também de um lugar tranquilo na maioria das vezes, de famílias e muitas relações de afeto.

É fato que as mulheres habitantes de zonas rurais sofrem ainda mais com os padrões conservadores, o efeito do patriarcado e do machismo por diversos fatores. Então, é do meu interesse entender como e porque isso acontece, de que forma a desigualdade entre os gêneros consegue ser ainda mais forte nas regiões interioranas e quais aspectos influenciam para haver essa assimetria entre os modos de vida de mulheres urbanas e interioranas.

Nessa perspectiva é preciso notar como as mais diversas circunstâncias influenciam na forma que as mulheres serão afetadas com a desproporção dos modos de vida entre os gêneros. E seguindo o pensamento de Butler (2008), essas questões seriam as raciais, culturais, regionais, étnicas entre outras.

“Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2008, p. 20)”.

Todas essas circunstâncias me chamaram a atenção e despertaram o interesse em ir a fundo na realidade do local, principalmente analisando o quanto são resistência a esses obstáculos enfrentados diariamente. As mulheres necessitam de um olhar mais atencioso pelo fato de vivenciarem a desigualdade social de perto. E também por lidar com o desequilíbrio entre homens e mulheres, ocasionado principalmente pelos padrões impostos pela sociedade ao longo da história, que ainda são muito presentes no cotidiano interferindo de forma negativa e injusta na vida das mulheres, e diante da realidade delas, se torna mais difícil ainda de serem quebrados.

Portanto, buscarei entender os aspectos que ocasionam a realidade que essas mulheres possuem, os modos de vida e a relação com a comunidade. A pretensão é manter o foco na forma que resistem à desigualdade entre os gêneros, observar como convivem com os padrões e analisar a importância da discussão a respeito dessa assimetria em regiões interioranas e periféricas como a comunidade da Estrada Velha.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. Situando a desigualdade de gênero

Desde a antiguidade há uma imensa diferenciação entre os gêneros, atualmente não é em tão alto grau como no passado, pois foi através das lutas femininas que conquistamos os direitos que possuímos hoje. Porém, diante do contexto atual que estamos vivendo, vejo que ainda estamos bem distantes de uma igualdade absoluta entre os modos de vidas dos homens e das mulheres tanto no Brasil como no mundo. Os estereótipos definem a figura masculina como a que possui mais força e racionalidade, enquanto a feminina é vista como a mais frágil e incapaz de ser tão racional quanto o homem.

“Entendemos aqui como identidade de gênero aquele conjunto de significações causais explicativas sobre o Ser-Homem (masculino) e o Ser-Mulher (feminino). O gênero seria a primeira classificação simbólica, portanto, a primeira representação significativa, entre as identidades do homem e da mulher. As primeiras identidades de gênero encontram-se nas narrações míticas, cosmogônicas e cosmológicas, representando a suposta origem do homem e da mulher a partir de discursos narrativos carregados de determinismos de poder e simbologias de diferenciação (NUNES; SILVA; 2000, p.69)”.

Atualmente, mais especificamente no Brasil, apesar de todos os avanços em relação aos direitos das mulheres, estamos vivendo um período de retrocesso. Os altos índices de violência física, moral e as mais diversas discriminações, chegam a ser assustadores, e são exatamente reflexos da ausência do mínimo, que é o respeito às mulheres.

“Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), estima-se que devem haver ocorrido entre 129,9 mil e 454,6 mil estupros no país em 2015. Mais de 5 mulheres são estupradas por hora no Brasil, mostra o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O país registrou, em 2015, 45.460 casos de estupro, sendo 24% deles nas capitais e no Distrito Federal. Isso porque ainda vivemos em uma sociedade organizada de forma a dar poder para alguns grupos dominarem, explorarem e oprimirem outros grupos de acordo com gênero, raça, etnia, classe social, orientação sexual e contextos político, econômico e cultural (PEDROSA, 2018)”.

Os padrões estabelecidos ao longo do tempo na sociedade parecem cada vez mais difíceis de serem quebrados analisando os modos de vida das figuras femininas na contemporaneidade. É possível notar o quanto ainda é distante uma realidade que exista equidade entre os gêneros, tendo em vista que a mulher nas mais diversas situações do cotidiano ocupa um lugar inferior ao homem.

“A mulher ainda ocupa, na sociedade, um papel submisso. Quando falamos que as mulheres são vistas como inferiores e como propriedade, objetos de uso ou mercadoria, estamos falando das estruturas do patriarcado, do racismo e do capitalismo que impõem uma realidade de dominação e exploração das mulheres. E isso se reflete em números, estatísticas e muito sofrimento. Onde visualizamos, no cotidiano das mulheres, essas complexidades? Por exemplo, na organização familiar doméstica – a forma como homens e mulheres gastam as horas de seus dias revela essa desigualdade de gênero e a naturalização do papel da mulher como responsável pelo lar (PEDROSA, 2018)”.

Quando se trata de mercado de trabalho, os índices também são alarmantes. Não há uma justificativa plausível para uma mulher exercer a mesma tarefa que um homem, possuindo as mesmas habilidades, e mesmo assim, receber uma quantia inferior, pelo simples fato de ser do sexo feminino. Além do fato, de muitas vezes restar para as mulheres os piores empregos, menos remunerados e mais desgastantes, na maioria dos casos possuem o dever de cuidar do lar e dos filhos.

“O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no estudo “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, mostrou que as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais do que os homens por semana. Mulheres casadas dedicavam 36 horas semanais aos trabalhos domésticos, enquanto os homens dedicavam pouco mais de 11 horas. Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. Isso nos revela muitas coisas: elas, antes de saírem para seus trabalhos remunerados, organizam o cuidado doméstico, geralmente preparando o café da manhã, os filhos – principalmente quando pequenos –, o almoço etc. Quanto menor a renda da mulher, mais trabalho ela terá. Isso quer dizer que as mulheres negras, maioria entre as mulheres pobres, acabam tendo condições de vida ainda piores (PEDROSA, 2018)”.

É evidente que as questões de raça também possuem uma grande influência sobre as desigualdades que afetam diretamente a vida feminina. Davis (2016), aborda as sequelas deixadas pela escravidão na vida das mulheres negras até hoje.

“O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 24)”.

Partindo dessa perspectiva, é possível notar que desigualdade entre os gêneros não se trata apenas de uma de desequilíbrio entre os modos de vida da figurinha masculina e da feminina, mas sim de uma questão que engloba gênero, raça e classe.

4.2. As relações de gênero em regiões interioranas

Devido uma série de fatores, dados comprovam que a desigualdade afeta ainda mais a vida de mulheres de regiões periféricas e do interior. Alguns aspectos podem ser levados em consideração por contribuir para esse fato ocorrer, como: acesso mais precário a educação, que promove um impacto nas oportunidades de trabalho. As raízes do patriarcado são ainda mais fortes em regiões interioranas e são reconhecidas como naturais. Há a baixa oferta de empregos direcionados à figura feminina, promovendo a obrigação de ser a responsável pelo lar.

Segundo Pedrosa (2018), muitos dos dados obtidos a respeito de desigualdade tratam da perspectiva da mulher urbana, e se tornam ainda mais graves quando falamos das mulheres do campo, da floresta e das águas, aquelas que vivem em áreas distantes, áreas as quais o IBGE considera zona rural.

“O contexto cultural das mulheres do campo, da floresta e das águas está ainda muito marcado por representações dominantes de masculinidade quanto às instituições, principalmente, de poder e valor de troca para o trabalho. Por exemplo, as mulheres podem ser consideradas possuidoras de atributos menores em determinados serviços que demandam a utilização de

força física. Isso acaba contribuindo para a construção de um lugar desigual, de menor qualificação e valor, levando essas mulheres a uma jornada muito intensa de trabalho, pois o desgaste físico que um trabalho na agricultura, na pesca e na extração traz também é muito intenso. Assim, a mulher trabalha na roça, no mar ou na floresta e estende sua jornada antes e depois em casa. Ocorre uma aceitação e naturalização desse exercício. (PEDROSA, 2018)".

A situação se torna ainda mais crítica quando passamos a enxergar a vida da figura feminina de zona rural com um pouco mais de cautela. O difícil acesso aos órgãos públicos disponibilizados para melhores condições de vida às mulheres é extremamente preocupante, pois assim, podem haver casos de falta de acolhimento a suas demandas.

"Quando vivem situações de violências física, sexual ou psicológica, raramente encontram apoio e recursos do Estado para essa proteção. Em algumas comunidades, não há energia elétrica e os serviços de atendimento à saúde são ainda precários; além disso, poucos municípios oferecem atendimento especializado e para tratamentos específicos, como serviços de ginecologia. O que conhecemos é a realidade das mulheres que têm de se deslocar para outros municípios, enfrentam grandes distâncias, deparam-se com a ineficiência dos transportes públicos, entre outras questões que dificultam buscar apoio e enfrentar a violência (PEDROSA, 2018)".

Nessa perspectiva, é possível notar que apesar de todos os avanços que ocasionaram mais autonomia da figura feminina na construção de suas vidas sociais, ainda há um caminho árduo para as mulheres que habitam regiões interioranas conquistarem a mesma independência, devido ao fato de ainda ser predominante os modos de vida baseado nos padrões conservadores que são impostos no meio rural.

"Mesmo com os avanços no acesso das mulheres aos recursos de transporte, muitas delas ainda não usufruem da circulação. A falta de tempo e a necessidade de atender as responsabilidades domésticas são referidas como alguns dos obstáculos que impedem muitas delas de participarem de atividades sociais e econômicas. Denota-se que os padrões de deslocamento e participação em atividades das mulheres decorrem de uma demarcação dos "papéis de gênero", que ainda seguem tradicionais (MACIAZEKI; Nogueira; Toneli, 2016, p. 118)".

4.3. Os impactos da desigualdade de gênero na vida das mulheres

Quando se trata de termos populacionais, somos maioria no Brasil. As mulheres correspondem a cerca de 51,45% da população brasileira, capazes de cumprirem os mais diferentes papéis na sociedade. Porém, apesar de toda a autonomia e direitos conquistados através da luta feminina ao longo da história, ainda vivemos em um país com altos índices de desigualdade entre os gêneros, que afeta de forma injusta a vida feminina.

Segundo Piscitelli (2009), na educação os dados mostram que os índices mais altos atingidos em relação a conclusão do ensino médio e acesso ao ensino superior, pertencem às figuras femininas, porém, apesar desse fato, ainda não é o suficiente para as mulheres possuírem o mesmo reconhecimento que os homens nas ofertas de emprego e igualdade salarial.

“Um rápido olhar sobre alguns indicadores no Brasil, porém, mostra que a igualdade entre homens e mulheres está longe de ter sido atingida. As mulheres têm mais anos de estudo, em média, do que os homens. Segundo o Censo Escolar referente a 2005, as meninas são pouco mais da metade dos que terminam o ensino fundamental e o ensino médio. No nível superior, a diferença é ainda maior. Mas o maior número de anos de estudo das mulheres não se reflete ainda numa igualdade salarial, o que se agrava mais ainda quando se trata de mulheres negras. Em média, as mulheres brancas ganham 40% menos do que os homens para o mesmo trabalho; e as mulheres negras, 60% menos (PISCITELLI, 2009, p. 120)”.

O mercado de trabalho é uma das áreas que mais é possível notar essa assimetria. Em pleno século XXI, as mulheres ainda ganham menos que os homens exercendo a mesma função, apenas por questões de gênero.

“Mesmo com uma leve queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as mulheres ainda ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país, de acordo com um estudo especial feito pelo IBGE para o Dia Internacional da Mulher, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Os dados, relativos ao quarto trimestre de 2018, consideraram apenas pessoas entre 25 e 49 anos, e mostram que a disparidade entre os rendimentos médios mensais de homens (R\$ 2.579) e

mulheres (R\$ 2.050) ainda é de R\$ 529. A menor diferença foi de R\$ 471,10 em 2016, quando as mulheres ganhavam 19,2% menos; (IBGE, 2019)”.

Nessa perspectiva, Piscitelli (2009) mostra que além da desigualdade salarial, as mulheres que trabalham fora de suas casas, exercem atividades durante mais horas que os homens, devido os padrões estabelecidos na sociedade, que às sobrecarregam com as tarefas domésticas e o dever de cuidar dos filhos.

“Quando pensamos nas horas necessárias para realizar o trabalho de cuidar da casa e dos filhos, percebemos que no Brasil as mulheres que trabalham fora, além de ganhar menos que os homens, trabalham mais horas que eles. Isso porque não costuma haver uma divisão equitativa do trabalho doméstico. Em 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou a pesquisa "A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado", com 2502 entrevistas em todo o Brasil. Os resultados desse estudo indicam que 96% das entrevistadas cuidavam das tarefas domésticas e das crianças, mesmo que também trabalhassem fora de casa. Nos casos em que o trabalho doméstico era dividido com outra pessoa, em quase a metade dessas situações dividiam-no com outra mulher, geralmente a mãe ou as filhas. (PISCITELLI, 2009, p. 121)”.

A situação se torna ainda mais crítica quando passamos a analisar os dados a respeito da violência contra a mulher no Brasil, onde o número de casos de feminicídio no país superam a taxa mundial.

“Estudo divulgado em novembro de 2018 pelo UNODC (Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas) mostra que a taxa de homicídios femininos global foi de 2,3 mortes para cada 100 mil mulheres em 2017. No Brasil, segundo os dados divulgados hoje relativos a 2018, a taxa é de 4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil mulheres, ou seja, 74% superior à média mundial. (G1. GLOBO, 2019)”.

E mesmo com os dos dados alarmantes, não há prioridade por parte do poder público em dar prioridade a essa causa, sendo possível notar a ausência de políticas públicas que garantam que as mulheres vítimas de violência, possuam de fato acesso à justiça.

“E, apesar de episódios de feminicídios ocuparem diariamente as páginas dos principais veículos de imprensa, as políticas desenvolvidas pelos Poderes Executivos seguem dando pouca ou nenhuma prioridade às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Este é um enorme indicativo de que a tragédia brasileira na segurança pública não se resume à leniência das leis penais e processuais penais. O poder público tem falhado todos os dias ao não ser capaz de garantir a vida de milhares de mulheres. (G1. GLOBO, 2019)”.

A falta de respeito é constante no cotidiano das mulheres, assédios são vivenciados diariamente, ocasionando além do desconforto, também o medo, pelos altos índices de estupro no país.

“Quase todas as brasileiras com mais de 18 anos (97%) afirmaram que já passaram por situações de assédio sexual no transporte público, por aplicativo ou em táxis, segundo pesquisa dos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com apoio da Uber. (G1. SP, 2019).”

O medo de um dia sofrer abuso sexual é recorrente na vida das figuras femininas, diante dos números assustadores de casos de estupro evidenciados no Brasil. Cerca de 80% dos casos registrados, tem mulheres como vítima, e a situação se torna ainda mais delicada pelo fato de poucos casos serem denunciados, por ameaças, receio do julgamento e o constrangimento causado à vítima.

“O Anuário revela que o Brasil nunca teve tantos casos de estupro quanto em 2018, com recorde de 66.041 registros — um aumento de 5% em relação ao ano anterior. Por dia, 180 pessoas foram violentadas no país. A publicação traz, pela primeira vez, um compilado de micro dados que permite traçar o perfil das vítimas e dos autores dos abusos sexuais, com base em Boletins de Ocorrência da polícia. (O GLOBO, 2019)”.

E infelizmente, desde o início da vida figuras femininas estão sujeitas a situações como essa, os dados mostram que meninas menores de 13 anos representam o maior número de vítimas de estupro no Brasil.

“Ao analisarmos os dados sobre estupro, percebemos que 63,8% são cometidos contra vulneráveis. O estupro contra vulnerável é aquele que tem

como vítima pessoa com menos de 14 anos, que é considerada juridicamente incapaz para consentir relação sexual, ou pessoa incapaz de oferecer resistência, independentemente de sua idade, como alguém que esteja sob efeito de drogas, enfermo ou ainda pessoa com deficiência, como determina a Lei 12.015/09 (ANUÁRIO BRASILEIRO, 2019, p. 118.)”.

Com base na análise dos dados do último ano a respeito dos casos de estupro no Brasil, se torna crítico o fato de que um número bastante significativo de casos, foram cometidos por pessoas que possuíam vínculo com a vítima. Muitos dos casos se tratam inclusive de familiares.

“Em relação ao vínculo com o abusador, 75,9% das vítimas possuem algum tipo de vínculo com o agressor, entre parentes, companheiros, amigos e outros, resultado que se aproxima ao de pesquisas de vitimização já produzidas. A última edição da pesquisa “Visível e Invisível” mostrou que 76,4% das mulheres que sofreram violência no último ano conheciam seus agressores (ANUÁRIO BRASILEIRO, 2019, p. 120.)”.

Com base nesses dados obtidos, a respeito de apenas algumas das diversas situações que as figuras femininas estão sujeitas a enfrentar ao longo da vida, é possível notar o quanto ainda é difícil ser mulher no Brasil. Já nascemos submetidas a diversos padrões impostos pela sociedade, crescemos em uma realidade que nos coloca em um papel submisso ao homem, e na maioria das vezes está tão naturalizado que passa despercebido. Somos desrespeitadas frequentemente, muitas de nós são mortas durante a caminhada, e na maioria das vezes só ao chegar na vida adulta que notamos o quanto é grave e injusta a desigualdade que vivemos, e o quanto é necessário resistir e procurar quebrar todos os padrões que nos diminuem, menosprezam e nos silenciam. Nossa resistência é diária, apesar de todo o retrocesso vivido atualmente, estamos preenchendo todos os espaços, chegando cada vez mais longe, ocupando cargos importantíssimos e nossas vozes tem sido cada vez mais ouvida. Porém ainda há um longo percurso pela frente para alcançarmos a equidade entre os gêneros que é extremamente necessária.

5. Métodos

5.1. Tipo de método

A pesquisa qualitativa é o método a ser utilizado, pois, na perspectiva de Creswell (2010), o pesquisador qualitativo vê os fenômenos sociais holisticamente e possui como instrumento textos e imagens. Desse modo, consiste em uma ida à campo, onde irei investigar detalhes sobre as pessoas e o local, estando altamente envolvida nas experiências reais dos participantes.

“A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas (Wolcott, 1994). Isso também significa que o pesquisador filtra os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico. Não é possível evitar as interpretações pessoais, na análise de dados qualitativos (CRESWELL, 2010, p. 186)”.

Dessa forma, além de me aprofundar em uma procura por materiais como obras, artigos e notícias que abordem a temática da minha linha de pesquisa que é gênero, também irei, através do meu convívio com a comunidade em que será realizada a pesquisa, analisar e entender os modos de vida das mulheres que residem no local, buscando relacionar as vivências com o tema, e entender de que forma são afetadas pela desigualdade em seu cotidiano.

5.2. Técnicas.

Tomarei como ponto de partida a análise de questionários aplicados pela reaPODERE, no seu período de inserção e mapeamento da comunidade, em que a maioria das entrevistas foram respondidas por mulheres. Contém informações como dados gerais, educação, família, trabalho, renda e modos de vida. Serão importantes para estabelecer uma visão geral do campo onde a pesquisa será realizada.

A etnografia será a estratégia utilizada, que Creswell (2010), define como “informar-se sobre comportamento de compartilhamento de cultura de pessoas ou grupos” (CRESWELL, 2010, p. 188). Dessa forma, o modo etnográfico de investigação

proporcionará uma maior proximidade com a comunidade, possuindo um convívio frequente com as moradoras, para assim iniciar a análise de que forma a desigualdade de gênero está inserida no local.

O diário de campo será utilizado, dessa forma, através das anotações realizadas durante a ida à campo, não correndo o risco de informações importantes passarem despercebidas ou serem esquecidas. Os detalhes são de extrema importância durante a coleta e organização dos dados. E então, datas, descrições e argumentos poderão ser armazenados.

A técnica a ser utilizada para a coleta de dados mais aprofundada, será a entrevista semiestruturada com moradoras da comunidade da Estrada Velha. Na perspectiva de Duarte (2004), esse método de pesquisa promove um discurso mais livre, sem deixar de atender os objetivos do pesquisador.

“Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 215).

A seguir, a entrevista semiestruturada que será aplicada com as participantes da pesquisa, na Estrada Velha.

Dados gerais

1. Qual seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Como você prefere se autodeclarar?
4. Qual seu estado civil?
6. Com quem você mora atualmente?
7. A quanto tempo reside na Estrada Velha?
8. Você possui trabalho remunerado?

Entrevista

9. Você acha que existe desigualdade entre homens e mulheres na sociedade?
10. Quais seriam os exemplos que você poderia citar a respeito disso?
11. Na sua vida, em algum momento, você já viveu uma situação de desigualdade em relação a um homem?
12. De que forma você enfrenta ou enfrentaria essas desigualdades?
13. Como são divididas as atividades domésticas em sua residência?
14. Você já foi impedida em algum momento da sua vida de estudar ou trabalhar, para cuidar da casa ou dos filhos (se for o caso)?
15. Você já foi inferiorizada ou desrespeitada, pelo fato de ser mulher?
16. Já sofreu ou presenciou algum caso de assédio?
17. Já aconteceu de você sofrer ou presenciar alguma cena de violência verbal, física ou psicológica vindo de um homem?
18. Como você imagina que seria sua vida, se no mundo, atualmente, as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens?

Todas as perguntas serão feitas através de uma conversa, para tornar a entrevista o mais leve possível devido a problemática do tema. Em caso de dúvida a respeito do tema, estarei sempre disposta responder e dialogar sobre o assunto. Após a coleta dos dados gerais, iniciar a entrevista com um diálogo a respeito da desigualdade de gênero na vida das mulheres seria interessante, para terem o máximo de conforto ao responder as perguntas.

5.3. Local de realização da pesquisa

A pesquisa será realizada na comunidade de Estrada Velha, em Acarape-CE, situada no Maciço de Baturité, à 71 km de distância de Fortaleza, capital do estado do Ceará. A Estrada Velha está localizada à menos de 1 km de distância do campus dos Palmares, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,

sendo o local onde a extensão da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE), é realizada.

A Estrada Velha sofre uma grande estigmatização vinda da sociedade, e uma grande invisibilidade por parte do poder público. Vários estereótipos a respeito da comunidade foram criados, como um lugar violento, onde a pobreza e a marginalização predominam. Porém como extensionista inserida no cotidiano do local, pude ter uma outra visão do contexto da comunidade, que se trata de pessoas extremamente acolhedoras, e de um local calmo na maioria das vezes, ao contrário dos pontos de vista que se tem a respeito da região.

Observando essa situação, a Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas Discriminações e Resistências – reaPODERE, a partir da extensão universitária, iniciou um processo de inserção comunitária, levando a universidade para além dos seus muros. Este trabalho tem como objetivo analisar a inserção comunitária como processo de desenvolvimento da extensão a partir da Estrada Velha. Assim, realiza-se o método etnográfico de observação do modo de vida da comunidade com idas semanais ao local, realizando visitas domiciliares, caminhadas comunitárias e participação de atividades cotidianas na comunidade. Foi notado que as mulheres necessitam de um maior apoio no cuidado dos seus filhos e filhas. Dessa maneira, planejamos realizar atividades socioeducativas para as crianças, assim auxiliando no cotidiano das mulheres da comunidade. Há também a realização de eventos voluntários em datas de festividades havendo doações de materiais, apresentações das próprias crianças, música etc.

O local da pesquisa foi escolhido primeiramente pelo meu contato como extensionista pela reaPODERE, que proporciona idas frequentes à Estrada Velha, e também por ter presenciado cenas e relatos que mostraram a presença forte das desigualdades sociais e de gênero, me fazendo perceber ao longo dos estudos, que regiões interioranas tem ainda mais tendência a conviver com os pensamentos conservadores.

A seguir, algumas imagens de alguns eventos realizados na comunidade, como o I Arraiá da Estrada Velha e o III Natal da Estrada Velha.

Figura 1 – Estrada Velha



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Figura 2 – Estrada Velha



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Figura 3 – Estrada Velha



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

5.4. Descrição das participantes

Ao longo do meu convívio com os moradores da Estrada Velha devido a extensão da reaPODERE, me proporcionaram um vínculo com algumas moradoras da Estrada Velha, o que facilitará ainda mais nos momentos da pesquisa.

A presença das mulheres na comunidade predomina no período diurno, que é o horário que estarei presente na comunidade, o que facilitará ainda mais o contato com elas. Os laços construídos com a comunidade também irão favorecer a entrevista pelo fato de algumas mulheres já me conhecerem, e inclusive já ter ocorrido de compartilharem algo da vida pessoal comigo, pela necessidade de serem ouvidas e pelo meu papel como extensionista no local, situações assim se tornam comuns.

Os critérios de participação estabelecidos para as pessoas que responderão à entrevista semiestruturada são básicos, porém importantes. Primeiramente é ser mulher, devido a temática da pesquisa focar na resistência da figura feminina. Outro critério é ser maior de 18 anos e por fim residir na Estrada Velha a pelo menos três anos, para assim assimilar melhor os aspectos da comunidade.

5.5. Procedimentos

Etnográfico será a primeira técnica de pesquisa a ser adotada. Será feito nas minhas idas à campo junto com os extensionistas da reaPODERE, para através de uma observação atenta do contexto da comunidade e dos modos de vida das mulheres, para assim, através do diário de campo, através de vivências, argumentos e detalhes, possuir as informações iniciais para a realização da pesquisa.

“Observações, nas quais o pesquisador toma notas de campo sobre comportamento e atividades das pessoas no local de pesquisa. Nessas notas de campo, o pesquisador registra, de urna maneira não-estruturada ou semiestruturada (usando algumas questões anteriores que o pesquisador deseja conhecer), as atividades no local de pesquisa. O observador qualitativo também pode se envolver em papéis que variam de não-participante até integralmente participante. (CRESWELL, 2010, p. 190).”

Estou inserida na comunidade a aproximadamente um ano, porém para realização da pesquisa, será necessário por volta de quatro meses para a inserção em campo em relação a temática da pesquisa. Logo após, iniciarei o processo de

aplicação das entrevistas semiestruturadas com as mulheres que correspondem aos critérios de participação estabelecidos e aceitarem participar da pesquisa. A entrevista será realizada com o número de três a quatro participantes e durante o procedimento haverá a gravação em formato de áudio para uma melhor coleta dos dados obtidos.

O ambiente em que será realizada a pesquisa influencia muito nas respostas. Por isso, o local será escolhido pela participante para que seja o mais confortável possível, e assim, obter as respostas sem influência de algum fator externo.

5.6. Análises

A análise dos dados obtidos através do método qualitativo exige uma enorme atenção aos detalhes, pois de acordo com Creswell (2010), a interpretação deles é extremamente importante para se aprofundar ainda mais informações obtidas.

“A discussão do plano de análise dos dados deve ter diversos componentes. O processo de análise de dados consiste de extrair sentido dos dados de texto e imagem. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados. A proposta pode incluir diversos processos genéricos que transmitam um sentido das atividades gerais de análise de dados qualitativos, como os que seguem, baseados em minhas próprias considerações e nas de Rossman e Rallis (1998) (Creswell, 2010, p. 194)”.

Creswell (2010), cita passos que devem ser seguidos pelo pesquisador qualitativo, para uma análise correta dos dados obtidos, dentre eles seleciono as seguintes etapas.

- 1) Preparar e organizar os dados;
- 2) Ler e ouvir os dados;
- 3) Iniciar detalhadamente o processo de codificação;
- 4) Utilizar o processo de codificação para gerar uma descrição do cenário para análise;
- 5) Extrair o significado dos dados.

Nesse processo, no passo 2, onde irei ouvir novamente as informações obtidas através da gravação da entrevista semiestruturada, é iniciada a etapa de transcrição

dos dados, que é preciso muita cautela e atenção para entender exatamente o que a participante transmitiu através do diálogo.

Há alguns procedimentos importantes a serem adotados na preparação de entrevistas para a análise. O primeiro deles diz respeito à transcrição: entrevistas devem ser transcritas, logo depois de encerradas, de preferência por quem as realiza. Depois de transcrita, a entrevista deve passar pela chamada conferência de fidedignidade: ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos, acompanhando e conferindo cada frase, mudanças de entonação, interjeições, interrupções etc. Transcrever e ler cada entrevista realizada, antes de partir para a seguinte ajuda a corrigir erros, a evitar respostas induzidas e a reavaliar os rumos da investigação (ALBERTI, 1990) (DUARTE, 2004, p. 220)".

Dessa forma, logo em seguida a transcrição dos dados, inicia-se o detalhamento do processo de codificação, a descrição do cenário e das pessoas através desse procedimento e por fim extrair as lições aprendidas através da pesquisa realizada.

5.7. Aspectos éticos

A pesquisa tem como responsabilidade proteger a integridade das pessoas que participam do processo. Como a pesquisa qualitativa exige do pesquisador uma inserção em campo mais profunda, é necessário cuidado e acima de tudo o respeito com os modos de vida das participantes. Não será revelado a identidade, pois, através da codificação da fala dessas mulheres, serão estabelecidas categorias. Dessa forma, é fundamental a cautela durante a coleta de dados, pelo fato de a problemática do tema ser bem delicada. Só será evidenciado aquilo que tiver relevância para a pesquisa, de uma forma que mostre as potencialidades da comunidade, focando na resistência das mulheres cotidianamente aos padrões impostos pela sociedade devido a desigualdade de gênero.

6. Considerações finais

Esse projeto foi elaborado baseado no interesse em investigar os modos de vidas das mulheres e a forma que são resistências diariamente, sem ao menos perceberem. Desde os meus primeiros dias como extensionista na Estrada Velha, foi despertado o interesse em me aprofundar nas relações de gênero da comunidade. Através das

minhas vivências no local, que foi possível coletar muitas informações relevantes a concretização do tema da pesquisa.

Para tratar de um tema tão delicado, é necessário enfrentar diversos desafios ao longo do processo, tratar de gênero não é tarefa fácil, porém, é de extrema importância ser abordado. E um dos fatos que mais me impulsionaram a abordar essa temática, foi o fato das pesquisas a respeito da resistência de mulheres de regiões interioranas, serem muito limitadas. E saber que de alguma forma, esse trabalho pode contribuir positivamente na vida dessas mulheres, me encorajou ainda mais.

Então abordar as relações de gênero em zonas rurais do país é tão necessário quanto as de zonas urbanas. Analisando o fato de que no interior, as coisas se tornam ainda mais difíceis pelo fato de as raízes do patriarcado serem mais presentes, e o pensamento conservador predominante.

É necessário debater gênero nos mais diversos espaços, quebrar esses muros e abordar assuntos como esse fora do âmbito acadêmico, é de extrema importância para a sociedade. Regiões estigmatizadas como a Estrada Velha necessitam de uma visibilidade mais positiva, e através da potência que enxerguei nessas mulheres, vi que seria possível abordar as relações de gênero da comunidade.

O trabalho tem sido de extrema importância para meu crescimento não só como pesquisadora, mas também como pessoa. Afinal, a pesquisa é troca, já que não é apenas o entrevistado que reflete acerca do tema e de si mesmo, mas também o entrevistador, que aprende o tempo inteiro com as experiências durante a pesquisa. A inserção em campo se torna ainda mais leve pelo fato de já haver um vínculo com as moradoras do local de realização da pesquisa.

Portanto, esse projeto de pesquisa abriu meus olhos em relação às diversas formas que a desigualdade entre os gêneros afeta a vida das pessoas, alguns fatores influenciam ainda mais em algumas vidas do que em outras. Então é muito necessário debater sobre as relações de gênero, impulsionar o empoderamento feminino nessa perspectiva de resistência aos padrões é um importante passo a ser dado para alcançar a merecida equidade de gênero.

7. REFERÊNCIAS

ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. Rev. Psicol. Soc: Florianópolis, vol.22, no.1, jan. / abril. 2010.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA. 10. set, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 17/01/2020.

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. Ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Tradução: Magda Lopes; consultoria supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo, 2016.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, Editora UFPR, 2004.

G1. GLOBO. BUENO, S; LIMA, R. S. Dados de violência contra a mulher são a evidência da desigualdade de gênero no Brasil. 08. mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contr-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 16/01/2020.

G1. SP. GLOBO NEWS. 97% das mulheres dizem que já sofreram assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa. 18, jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/97percent-das-mulheres-dizem-ja-ter-sido-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 16/01/2020.

IBGE. PARADELLA, R. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. 08, mar. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>. Acesso em: 16/01/2020.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro. Vozes, 1997.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00115.pdf>. Acesso em: 16/01/2020.

NUNES, C; SILVA, E. A educação sexual da criança: subsídios para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. São Paulo. Autores Associados, 2000.

O GLOBO. RIBEIRO, A. Brasil registrou recorde de casos de estupro em 2018, segundo estudo. 10, set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-registrou-recorde-de-casos-de-estupro-em-2018-segundo-estudo-23938290>. Acesso em: 16/01/2020.

PEDROSA, Claudia. Desigualdade de gênero: a constante luta feminina no espaço social. 08, mar. 2018. Disponível em: <http://www.nesp.unb.br/index.php/noticias/397-desigualdade-de-genero-a-constante-luta-feminina-no-espaco-social>. Acesso em: 11/01/2020.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. Diferenças, igualdade. São Paulo, 2009.

SILVA, J. Desigualdade de gênero e raça. 12, dez. 2014. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=262&cid=219003>. Acesso em: 09/01/2020.